

O mundo da Rainha de Copas

Ciência e anticiência na história da mentalidade revolucionária

Olavo de Carvalho

I

Entre os anos 80 e 90 do século passado, muitos filósofos e cientistas começaram a se perguntar, angustiados, que raio de futuro poderia ter ainda a nossa civilização se nela viessem a predominar as correntes de pensamento pós-modernistas, relativistas e desconstrucionistas, que contestavam a autoridade da ciência e chegavam ao extremo de negar a existência de qualquer verdade objetiva, consagrando em seu lugar a onipotência soberana dos *slogans* e chavões revolucionários – a “vontade de poder” em estado puro e cínico.

Essa preocupação aparece, por exemplo, em *The Closing of the American Mind*, de Alan Bloom,¹ *On Looking into the Abyss: Untimely Thoughts on Culture and Society*, de Gertrude Himmelfarb,² *Tenured Radicals*, de Roger Kimball,³ *Higher Superstition: The Academic Left and its Quarrels with Science*, de Paul R. Gross e Norman Levitt,⁴ *Uncommon Sense: The Heretical Nature of Science*, do físico Alan Cromer⁵ (que publiquei no Brasil pela Faculdade da Cidade Editora), no ensaio de Paul Hollander, “The Attack on Science and Reason”, publicado na revista *Orbis* no outono de 1994 e em muitos outros estudos.

Assim como o marxismo clássico tinha servido de base ideológica para os movimentos revolucionários até a década de 60, as novas correntes intelectuais denunciadas nesses escritos alimentavam de entusiasmo feroz e de uma retórica infinitamente presunçosa e tola o gayzismo, o feminismo, o afrocentrismo, o ecologismo radical e outras tendências que, àquela altura, já tinham se tornado dominantes em praticamente todos os ambientes universitários dos EUA e de muitos

¹ Simon & Schuster, 1987.

² Alfred A. Knopf, 1994.

³ Harper & Row, 1990.

⁴ The Johns Hopkins University Press, 1994.

⁵ Oxford University Press, 1995.

outros países.

Himmelfarb e os outros autores que mencionei assinalavam, no discurso dos novos guias iluminados da juventude universitária, várias inconsistências que raiavam o puerilismo puro e simples, tornando-o inaceitável para qualquer pessoa sensata e só capaz de agradar a dois tipos de indivíduos: os psicopatas que o produziam com um sorriso maquiavélico no canto dos lábios e a multidão dos histéricos que se persuadiam dele por auto-impregnação auditiva, mimetismo simiesco e subserviência aos grupos de pressão.

Desde logo, os próceres do “politicamente correto” negavam toda presunção de conhecimento científico objetivo, mas, é claro, não renunciavam, para fins de agitação e propaganda, à sua própria dose da mesma autoridade científica que haviam denunciado como fraudulenta.

Por exemplo, os porta-vozes do movimento gayzista impugnavam com vigor toda presunção médica ou psiquiátrica de distinguir entre o normal e o patológico, ao mesmo tempo que pressionavam e intimidavam a Associação Psiquiátrica Americana para que aceitasse o homossexualismo como normal.

Também era notável que todos proclamassem energicamente a relatividade dos valores morais, assegurando que não existem costumes inferiores ou superiores, que o canibalismo ou os sacrifícios humanos são tão respeitáveis quanto qualquer outra conduta, ao mesmo tempo que apelavam a critérios de julgamento absolutos, dogmáticos e indiscutíveis quando se tratava de condenar a civilização ocidental ou de acusar alguém de “racismo”, “homofobia” e delitos semelhantes. Com o detalhe especialmente sádico de que qualquer tentativa de defender-se dessas acusações ou de questionar a validade do julgamento passava a ser automaticamente uma prova do crime: se você diz que alguém não é racista, ou homofóbico, fica provado que você mesmo o é.

Era óbvio que, uma vez impregnados na mentalidade de qualquer meio social, para não falar da sociedade como um todo, esses hábitos – ou cacoetes – de pensamento tornavam impossível ou criminosa qualquer veleidade de discussão racional, substituindo-a pela imposição automática das preferências arbitrárias dos grupos de pressão mais ricos ou mais barulhentos.

Por isso aqueles autores se perguntavam que destino poderia ter, num mundo onde semelhantes critérios se tornassem dominantes, uma civilização que até então se baseava eminentemente na ciência e na razão.

Decorridas duas décadas, esse futuro já chegou. Quase que imperceptivelmente, o raciocínio circular que dá todas as questões por resolvidas antes da mera possibilidade de uma discussão e consagra a pressão, a intimidação e a fraude como únicos critérios válidos de julgamento para a solução de todos os problemas foi se alastrando para

fora do meio universitário, até dominar, hoje em dia, praticamente todos os governos do Ocidente, a grande mídia e os organismos internacionais. Impor teorias científicas por meio de campanhas maciças de propaganda e da criminalização das objeções, bloquear discussões por meio da calúnia e do assassinato moral, proibir mediante chantagem psicológica a investigação de fatos adversos aos interesses dos grupos de pressão tornaram-se procedimentos universalmente aceitos como normais e até obrigatórios nos meios de comunicação, nas discussões públicas e nas decisões de governo. A “vontade de poder” já substituiu a razão e a expeliu da sociedade decente. Já vivemos no mundo da Rainha de Copas de *Alice no País das Maravilhas*, onde a sentença precede o julgamento e aliás é sempre a mesma: “Cortem-lhe a cabeça.”

Nesse panorama, a sociedade como um todo torna-se completamente indefesa contra as imposições dos grupos mais cínicos e psicopáticos, que a forçam a aceitar passivamente como verdade absoluta o oposto daquilo que seus olhos vêem e que a razão demonstra. Os discordes e recalcitrantes são imediatamente estigmatizados como loucos, extremistas ou criminosos, até perderem todo desejo de continuar discutindo e tornarem-se, assim, presas voluntárias da “espiral do silêncio”.⁶

Talvez nada exemplifique isso mais claramente do que a controvérsia em torno do “aquecimento global” e de suas pretensas “causas humanas”. Não há uma só prova científica de que o fenômeno exista, muito menos de que seja causado pelas emissões terrestres de CO², isto é, pela maldita indústria capitalista. Ao contrário, todas as medições indicam que o clima do planeta está esfriando há pelo menos dezoito anos.⁷ Em compensação, há provas cabais de que os partidários da teoria aquecimentista planejaram em segredo usar de todo tipo de fraudes e manipulações para impor a sua idéia e fazer dela o argumento final para a criação de um “imposto global” que as nações mais industrializadas teriam de pagar a governos corruptos do Terceiro Mundo. As objeções à teoria, bem como a revelação da fraude, no entanto, não afetaram no mais mínimo que fosse o entusiasmo dos organismos internacionais pelo projeto do imposto, cujos “fundamentos científicos” continuam sendo alardeados como se nada tivesse acontecido, ao passo que os adversários da idéia são persistentemente submetidos a toda sorte de ataques e intimidações pela grande mídia e pelos governos interessados. Uns meses

⁶ V. Elisabeth Noelle-Neumann, *The Spiral of Silence*, The University of Chicago Press, 1993, assim como o meu artigo “Maquiadores do crime”, *Diário do Comércio*, 20 de setembro de 2010, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/100920dc.html>.

⁷ V., por exemplo, <http://canadafreepress.com/index.php/article/58034> e <http://www.powerlineblog.com/archives/2013/11/why-does-the-global-warming-hoax-persist.php>.

atrás o vice-presidente americano Joe Biden chamou-os publicamente de “terroristas”, numa ameaça velada de apelar ao uso da força policial contra eles.

Porém o caso mais chocante é o dos documentos do sr. Barack Hussein Obama. Em termos estritamente científicos, é impossível, sob todos os aspectos, continuar acreditando que a certidão de nascimento, o comprovante de alistamento militar e o número de Social Security do atual presidente americano sejam autênticos.⁸ Não há mais razão plausível para duvidar de que Obama se impôs como candidato presidencial mediante fraude, decerto o mais lindo caso de estelionato já registrado nos anais da criminalidade mundial. Não obstante, a nação americana inteira parece impotente para reagir à usurpação da presidência da República por um farsante chinfrim sem documentos e com uma biografia totalmente inventada. Embora a popularidade de Obama já tenha baixado para níveis nixonianos graças a uma sucessão de escândalos e fracassos jamais igualada por qualquer outro presidente americano – incluindo o próprio Nixon --, todo mundo na elite falante dos EUA parece ter desenvolvido um reflexo automático de rejeição que impede de pensar, mesmo por minutos, na hipótese de que a nação não esteja sendo governada simplesmente por um incompetente ou traidor, mas por um bandidinho que enganou o país todo com documentos grosseiramente falsificados. Essa reação defensiva contra o temor de um vexame que se anuncia grande demais para ser suportado leva muita gente a se enredar cada vez mais no escândalo que vai inevitavelmente estourar mais dia menos dia. Os juízes morrem de medo de tocar no assunto, rejeitando os processos *in limine* para não ter de entrar no exame da matéria, ao passo que a grande mídia em peso se recusa a falar das provas materiais da fraude, preferindo desqualificar como “racistas” e “terroristas” ou caricaturar como loucos e fanáticos os que osem mencioná-las. Na mais doce das hipóteses, os jornais e a TV confundem a opinião pública, desviando a discussão para o problema do estatuto de Obama como “cidadão nativo”, uma controvérsia constitucional já velha que não tem nada a ver com o caso dos documentos falsificados. O modo de argumentação irracional que três décadas atrás predominava no meio universitário tornou-se hoje endêmico e obrigatório no *establishment* inteiro. A degradação da vida intelectual ampliou-se numa crise dos próprios fundamentos da democracia americana.

⁸ O leitor pode obter um resumo do estado atual das investigações a respeito em <http://www.birtherreport.com/2013/11/sheriff-joe-arpaiio-finding-more-fire.html> e <http://www.birtherreport.com/2013/11/lt-zullo-interview-universe-shattering-evidence.html>.

II

Os temores de Alan Bloom e outros observadores mostraram-se, portanto, mais que justificados. No entanto, algo nas suas análises de duas ou três décadas atrás estava miseravelmente incompleto. Todas elas partiam da premissa de que a sociedade americana e a democracia em geral têm por base a discussão racional e de que esta é representada eminentemente pelo modelo da ciência experimental moderna. O que escandalizava esses analistas era precisamente o fato de que, nos meios acadêmicos, a crítica dos fundamentos da certeza científica tivesse se ampliado numa legitimação cínica dos meios irracionais e até psicóticos de persuasão e manipulação.

A premissa não declarada dessa análise era a identificação ingênua de “razão” e “ciência moderna”. Se esta última era a única encarnação possível da razão, qualquer ataque mais sério à ciência acadêmica produzia *ipso facto* a destruição da confiança na razão em geral e portanto a consagração do irracional e da violência psicológica como meios normais e decentes de ganhar qualquer discussão.

Acontece que, em grande parte, os ataques pós-modernistas e desconstrucionistas à ciência moderna eram sérios. É muito difícil responder a coisas como a teoria dos “paradigmas” de Thomas Kuhn, a “arqueologia do saber” de Michel Foucault ou o anarquismo metodológico proposto por Paul Feyerabend em *Against Method*,⁹ mais tarde reforçado em *The Tyranny of Science*.¹⁰

Inconsistências e limitações graves do método científico já tinham sido postas em evidência muito antes por pensadores insuspeitos de qualquer contaminação irracionalista ou “politicamente correta”. Nas suas célebres conferências dos anos 30, depois reunidas sob o título geral de *A Crise das Ciências Europeias*,¹¹ Edmund Husserl perguntava se as ciências existentes ainda eram “científicas” no sentido do ideal normativo que as legitimava, e respondia com um taxativo “Não”. A substituição sistemática da realidade da experiência por modelos abstrativos matematicamente recortados tinha produzido, desde os tempos de Galileu, as mais extraordinárias distorções, que Husserl se propunha corrigir mediante um retorno geral “às coisas mesmas”. Pouco importando o que se pense do método husserliano de descrição da experiência imediata, o fato é que muito das suas críticas ao método

⁹ Verso Books, 1978. Há tradução brasileira.

¹⁰ Polity Press, 2011.

¹¹ *La Crisi delle Scienze Europee e la Fenomenologia Trascendentale. Introduzione a la Filosofia Fenomenologica*, a cura di Walter Biemel, trad. Enrico Filippini, Milano, Il Saggiatore, 1961.

científico foram depois aproveitadas, com sucesso, por teorias relativistas, desconstrucionistas e pós-modernistas que o próprio Husserl não aprovaria de maneira alguma. O ponto importante é que Husserl distinguia entre a “razão científica” tal como praticada usualmente nos laboratórios, e as exigências mais profundas da razão em si mesma, no sentido universal e normativo do termo, que a ciência moderna ao mesmo tempo personificava e mutilava.

Theodor M. Porter, em *Trust in Numbers: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*,¹² mostrava que a confiança científica usual na uniformidade das medições como critério de objetividade – um dos pilares da ciência moderna – era em grande parte uma ilusão criada pelos fabricantes dos aparelhos de medição e pelos técnicos encarregados de manejá-los. Harry Collins, em *Changing Order*¹³ e em *Artificial Experts: Social Knowledge and Intelligent Machines*,¹⁴ ia até mais longe, afirmando que a reprodução exata de qualquer experimento científico é tecnicamente impossível.

Pior ainda. Como anotei num artigo de 2007: “Num dos últimos números da *Prospect*, Ian Stewart, professor de matemática na Universidade de Warwick, observa que os computadores tornaram possível construir demonstrações matemáticas que se estendem por milhões e milhões de páginas, subtraindo-se ao controle humano. Acreditar nessas provas - ou negá-las - será um salto no escuro: o hiperdesenvolvimento da racionalidade matemática ameaça desembocar na total irracionalidade.”¹⁵

Porter observava: “A natureza, supomos, é uniforme: outro pesquisador, usando os mesmos procedimentos, mesmo em outro continente ou outro século, deve obter os mesmos resultados. Esse princípio, no entanto, de pouco vale se não pode ser exemplificado em práticas. Na prática, a reprodução de um experimento não é nada fácil... Se as descobertas experimentais não são quase nunca reproduzidas de maneira independente, mas em vez disso são sempre reproduzidas usando instrumentos que foram calibrados segundo o instrumento original, então as regularidades experimentais devem talvez ser interpretadas antes em termos de habilidade humana do que de entidades [objetivas] independentes e da operação de leis da natureza.”¹⁶

Diante desses fatos, uma conclusão impõe-se inexoravelmente: o assalto desconstrucionista e pós-moderno à confiabilidade das ciências

¹² Princeton University Press, 1995.

¹³ Russell Sage Foundation, 1985.

¹⁴ MIT Press, 1990.

¹⁵ “Conhecimento e controle”, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 2007, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/071227jb.html>.

¹⁶ *Op. cit.*, p. 13.

não provinha unilateralmente de uma profissão-de-fé irracionalista ou de um puro ativismo ideológico, mas explorava uma contradição, uma ferida aberta no próprio corpo da ciência moderna: sua presunção de personificar a forma mais alta ou única da razão e, ao mesmo tempo, sua incapacidade de prescindir da ajuda de outras modalidades de pensamento racional cuja autoridade ela negava.

III

A consagração do método científico-experimental como ápice e modelo normativo de toda razão não veio do ar, do puro jogo das idéias, e sim de um processo histórico-sociológico bem nítido: a elevação da classe científico-acadêmica ao estatuto de orientadora moral e política da sociedade, em substituição ao clero católico e protestante.

Até o começo do século XVIII, os maiores cientistas acreditavam que seus trabalhos nada mais faziam do que ilustrar o *modus operandi* da Razão divina que governava todas as coisas. Embora entrando às vezes em choque com a autoridade eclesiástica ou divergindo das doutrinas teológicas consagradas, Kepler e Tycho de Brahe, Galileu e Descartes, Newton e Leibniz tinham a revelação bíblica como autoridade última e nunca pretenderam que a ciência que estavam criando poderia substituí-la ou desbancá-la. O mais herético deles, Isaac Newton, dedicou mais tempo a trabalhos de exegese bíblica e especulações esotéricas do que a qualquer atividade que hoje consideraríamos “científica”; e a parte da sua obra que o consagrou como ídolo da modernidade – a lei da gravitação universal exposta nos *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* -- era para ele apenas um fragmento de uma nova cosmovisão essencialmente teológica que ele considerava o objetivo supremo da sua vida.¹⁷ Malgrado o sucesso crescente das descobertas científicas e o prestígio dos grandes cientistas, não havia ainda nenhuma “ideologia científica” disposta a concorrer com o cristianismo no guiamento moral dos povos.

Essa ideologia forma-se justamente na segunda metade do “Século das Luzes”, por obra de uma nova classe de “intelectuais públicos”, polemistas e panfletários, alguns deles escritores notáveis, sem dúvida, mas nenhum assinalado por grandes descobertas no campo da filosofia ou das ciências. Homens como Voltaire, Diderot, d’Alembert, Marmontel, Montesquieu e a multidão inumerável dos seus imitadores aproveitaram-se do prestígio crescente da ciência para usá-la como trincheira desde a qual desfechavam os mais ferozes ataques à religião.¹⁸ Atuando através de

¹⁷ V. Michael White, *Isaac Newton, the Last Sorcerer*, New York, Basic Books, 1997, e B. J. T. Dobbs, *The Janus Faces of Newton: The Role of Alchemy in Newton’s Thought*, Cambridge University Press, 1991.

¹⁸ Esses ataques, não raro de uma virulência inacreditável até mesmo para os padrões

uma rede de “clubes de debates” e da publicação de uma vasta *Enciclopédia*, penetraram em todos os ambientes aristocráticos e aí conquistaram uma audiência cativa, sobretudo entre as mulheres, espalhando por toda parte o hábito de buscar guiamento moral antes nas opiniões da moda do que na velha religião. Embora nenhum deles fosse propriamente um cientista e seus argumentos anti-religiosos se baseassem amplamente em objeções pueris e na fabricação de lendas difamatórias,¹⁹ todos falavam em nome da “ciência”, da “razão” e das “Luzes”, criando pouco a pouco a imagem de uma comunidade de gênios iluminados que, como detentores do saber, deveriam ser também os portadores exclusivos da autoridade moral e guias da humanidade em direção aos seus mais altos destinos.

A Revolução Francesa dedicou-se entusiasticamente a colocar em prática essas idéias, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para banir a religião da esfera pública e substituí-la pela opinião “científica”, sobretudo dos biólogos e médicos, encarregados de “regenerar a espécie humana”.²⁰

Longe do matadouro revolucionário, porém, preparava-se um golpe incomparavelmente mais sério e mais mortífero a ser desferido contra toda oposição à “autoridade da ciência”. Na pacífica cidadezinha alemã de Königsberg, um discreto filósofo de ascendência irlandesa, Immanuel Kant (1724-1804), buscava demonstrar, com argumentos de uma complexidade atemorizante e de uma sutileza incomparável, que era impossível conhecer o que quer que estivesse para além dos limites metodológicos auto-impostos pela ciência experimental moderna. De um só lance, operava-se uma dupla reviravolta na concepção do mundo. De um lado, todas as questões milenares da teologia e da metafísica – a existência de Deus, a imortalidade da alma, o bem e o mal – eram expulsas da esfera do conhecimento sério e confinadas no recinto das crenças irracionais e das preferências subjetivas. De outro lado, não havia mais nenhuma realidade externa pela qual a ciência devesse regular seus métodos: ao contrário, o método determinava a realidade. E quem criava o método? A ciência de Galileu e Newton, a ciência da experimentação e da medição. A ciência, portanto, criava a realidade, e tudo o que estivesse fora dela era sonho, desejo ou, na melhor das hipóteses, “pensamento”.

Durante muito tempo os argumentos de Kant foram considerados praticamente irrespondíveis, e não houve domínio do conhecimento – da

de hoje, são descritos na obra-prima de Paul Hazard, *La Pensée Européenne au XVIIIe. Siècle. De Montesquieu à Lessing*, Paris, Fayard, 1963.

¹⁹ V. meu artigo “O inimigo é um só”, *Diário do Comércio*, 8 de janeiro de 2007, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/070108dc.htm>.

²⁰ V. Xavier Martin, *Régénérer l’Espèce Humaine. Utopie Médicale et Lumières*, Paris, Dominique Martin Morin, 2008.

física à história da arte, da pedagogia à sociologia, da psicologia à filosofia da matemática – onde não deixassem sua marca. Porém ninguém tirou deles conseqüências práticas mais abrangentes e devastadoras do que o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), cujas idéias, sob o nome geral de “positivismo” se propagaram rapidamente pelo mundo até alcançar o longínquo Brasil, onde inspiraram uma revolução republicana e várias ditaduras.

Comte não era homem de meias-medidas. Do primado kantiano da ciência experimental ele extraía a conclusão de que todas as demais modalidades de conhecimento deveriam ser banidas não só das altas esferas intelectuais, mas da vida pública em geral. Os conselhos da religião, a sabedoria prática dos políticos, as intuições dos artistas, o confronto de opiniões nos debates públicos, tudo isso deveria ceder lugar à autoridade absoluta de uma casta de tecnocratas adestrados no método científico, aptos a resolver todas as questões com exatidão matemática. A essa proposta ele chamava “política positiva”, destinada a eliminar para sempre todas as “discussões inúteis” a que a humanidade se entregara em “fases mais primitivas” do seu desenvolvimento.

A essa altura, a auto-afirmação da ciência acadêmica como fonte de toda legitimidade, seja na moral, na política ou em todas as questões públicas, já não era um ideal revolucionário, mas uma realidade estabelecida. Marcada pela fé na onipotência do método científico, a segunda metade do século XIX tornou-se, por excelência, a era do cientificismo. O materialismo de John Stuart Mill e Herbert Spencer, o evolucionismo de Darwin, Haeckel e Büchner e até o marxismo, que viria a tornar-se o irmão inimigo do positivismo, alegavam-se orgulhosamente encarnações do método científico triunfante.

Como Comte morreu louco, muitos absorveram a sua influência sem reconhecer o débito em público. Hoje em dia é quase impossível encontrar comtianos professos, mas, sem nome, as ambições do positivismo continuam a orientar os esforços de uma parte considerável da classe acadêmica.²¹

Destinada a imperar soberanamente sobre todo o meio universitário anglo-saxônico e parte do alemão, a “escola analítica” de Bertrand Russell e Rudolf Carnap rejeitava o rótulo de “positivista”, ao mesmo tempo que radicalizava certas propostas de Comte ao ponto de excluir como “pseudoproblemas” todas as questões filosóficas que não pudessem ser reduzidas à mera análise lógica da linguagem, empreendida com a ajuda dos novos métodos de notação criados por Gottlieb Frege. Nessa perspectiva, só as “sentenças atomísticas” da ciência experimental – para usar o termo de Wittgenstein -- faziam sentido e eram dignas de exame.

²¹ V. o estudo magistral de Leszek Kolakowski, *Positivist Philosophy: From Hume to the Vienna Circle*, Penguin Books, 1978.

Tudo o mais – especialmente a metafísica e a religião – era expelido para as trevas exteriores. Sobre questões como a natureza do ser, a finalidade da existência, a imortalidade da alma etc., baixou, como disse Eric Voegelin, a mais estrita “proibição de perguntar”.²²

Jean Brun denominou “regionalização da razão” o processo pelo qual o horizonte legítimo das cogitações filosóficas – e dos debates públicos em geral – foi se estreitando até expelir de si tudo o que não coubesse nas categorias e critérios da ciência experimental.²³

Concomitantemente a esse processo, a autoridade da classe científica sobre o conjunto da sociedade foi sendo ampliada ilimitadamente, ao ponto de já não haver domínio da vida pública ou privada em que as leis e os controles repressivos em geral não estejam baseados em argumentos real ou presumidamente científicos. O recorte kantiano da realidade encontra-se assim oficializado, ao mesmo tempo que a “tecnocracia” de Comte deixou de ser uma proposta ideal para tornar-se o mundo no qual vivemos.

IV

Se definimos “revolução” como um empreendimento de remodelagem total da sociedade a ser realizado mediante a concentração do poder, é impossível não perceber que a ascensão da classe científica à sua atual posição de domínio, originando-se das ambições iluministas, da Revolução Francesa e do positivismo, foi uma etapa crucial do processo revolucionário ocidental.

Também é claro que a realização histórica dessa etapa se fez à custa de limitações graves impostas ao exercício da razão. Se, para simplificar, denominamos “positivismo” a concepção do mundo subjacente a esse processo, não há como escapar à conclusão de que o império da “ciência”, cuja ruína iminente tanto assustava os críticos conservadores do “politicamente correto” nos anos 80-90, não era de maneira alguma a encarnação da razão no seu sentido universal e clássico, mas ele próprio um capítulo da história do longo assalto revolucionário à razão universal, o capítulo positivista.

Daí a impotência desses críticos em oferecer qualquer resistência eficaz à nova etapa desse assalto, que eles viam como uma investida

²² O filósofo australiano Harry Redner nota, ademais, que a filosofia analítica não obteve o controle hegemônico das universidades anglo-saxônicas por meio do debate de idéias, da concorrência intelectual normal, mas pelos métodos típicos do ativismo político: “ocupação de espaços”, interproteção mafiosa, boicote aos adversários reais e potenciais. V. Harry Redner, *Malign Masters: Gentile, Heidegger, Lukacs, Wittgenstein*, New York, Macmillan, 1997.

²³ V. Jean Brun, *Philosophie et Christianisme*, Quebec, Éditions du Beffroi, 1988.

irracionalista da “ideologia” contra “a ciência”, quando ele era, na verdade, a continuação lógica de um processo revolucionário do qual eles próprios, como porta-vozes da “ciência”, representavam apenas a etapa anterior.

Se perguntamos como isso veio a acontecer, não podemos encontrar resposta senão no fato de que o iluminismo e a Revolução Francesa não geraram uma tradição revolucionária, mas duas: o positivismo de um lado, o marxismo de outro.²⁴

Embora ambos se alardeassem porta-vozes da “razão” e da “ciência”, o marxismo dava às exigências do conhecimento científico uma interpretação radicalmente diversa daquela do positivismo. Enquanto este enfatizava a observação, a experimentação e a mensuração exatas como garantias da certeza objetivamente comprovável, para Marx só havia no mundo um único fato objetivo: a luta de classes. Tudo o mais, incluindo as noções científicas sobre a estrutura do mundo físico, não passava de uma projeção mais ou menos ilusória da “ideologia de classe”, a visão do mundo criada por uma classe social para legitimar a estrutura de poder que lhe garantia o predomínio sobre as demais classes.

Entre essas duas concepções da relação entre conhecimento e realidade havia uma estranha simetria oposta: o positivismo recortava o mundo segundo um padrão metodológico que dava à classe acadêmica o poder sobre toda a sociedade; o marxismo assegurava que toda concepção do mundo era um recorte calculado para dar a uma classe o poder sobre toda a sociedade.

O positivismo, de certo modo, ilustrava na prática o que o marxismo dizia em teoria. Com uma ressalva crucial: como o marxismo distinguia as classes exclusivamente pela posse dos meios de produção, ele só reconhecia na sociedade capitalista a burguesia e o proletariado, sem poder enxergar a classe intelectual e acadêmica como um poder independente, com interesses próprios distintos dos da “burguesia”. Para ele, o positivismo era a “filosofia burguesa” por excelência, como se os intelectuais acadêmicos fossem apenas agentes de seus patrões capitalistas, sem força própria na luta pelo poder.

No início, a distribuição social dos intelectuais pareceu confirmar isso: não podia haver tipos mais diferentes do que o cientista acadêmico, um membro do *establishment* comprometido com os fins e métodos da

²⁴ Por falta de espaço, deixo propositadamente de examinar aqui a terceira vertente revolucionária, o romantismo-nacionalismo, origem remota do fascismo. Muitos analistas, deixando-se levar pelo engodo de analisar esse movimento pelo conteúdo da sua argumentação ideológica em vez de guiar-se pela realidade concreta da sua ação histórica, denominam a essa vertente “contra-revolucionária”. Isso é um erro que já apontei mil vezes em cursos e conferências, e que talvez venha a expor em algum artigo futuro neste *Digesto*.

“objetividade científica”, e o intelectual revolucionário, um pária que conspirava nos porões junto com proletários esfarrapados, condenando a “objetividade científica” como véu ideológico estendido por cima dos vis interesses da burguesia.

O curso das coisas, porém, demonstrou que essa distinção era ilusória: à medida que o proletariado se distanciava cada vez mais da luta ideológica e o progresso do capitalismo abria cada vez mais as portas do ensino superior aos jovens provenientes das classes média e baixa, as universidades se revelaram os focos mais promissores de agitação revolucionária – infinitamente mais promissores do que as fábricas e os sindicatos. Nos anos 30 do século XX, já se havia tornado claro para os teóricos marxistas mais astutos – Antonio Gramsci e a Escola de Frankfurt -- que não os proletários, e sim os intelectuais em geral, na academia ou fora dela, eram a verdadeira força agente do movimento revolucionário. O “cientista acadêmico” e o “intelectual revolucionário” eram, no fim das contas, a mesma pessoa.

Uma vez revelada essa identidade, a emergência da rebelião “politicamente correta” mostra um perfil bem diverso daquele que enxergavam nela os escandalizados intelectuais conservadores dos anos 80 e 90. Ela não expressava uma revolta contra a razão em geral, mas um simples *upgrade* do processo revolucionário, uma ampliação súbita do poder de ação da classe intelectual e acadêmica. Se o positivismo tinha sido o pretexto ideológico que legitimara a ascensão dessa classe, ele ainda lhe impunha alguma limitação na medida em que exigia dela a obediência a um protocolo metodológico que usurpava o lugar da razão universal mas representava ainda um último resíduo de racionalidade. À medida que o poder da classe acadêmica assim legitimado cresceu até o ponto de poder afirmar publicamente sua independência de todo controle “burguês”, na mesma medida o véu ideológico de “racionalidade científica” se tornou uma superstição desnecessária e estava pronto para ser rasgado. Com toda a evidência, os defensores da “racionalidade” não podiam compreender senão parcialmente os acontecimentos que os atemorizavam. Para atinar com a verdadeira natureza do processo, teriam de enxergar primeiro o papel que eles próprios, como classe acadêmica, haviam desempenhado na destruição da razão clássica e na sua substituição por uma “visão científica do mundo” que resultava em conferir à sua classe social uma autoridade praticamente ilimitada. Quando a autoridade da classe acadêmica havia crescido ao ponto de tornar-se uma fonte autônoma de poder e de já não precisar do velho pretexto ideológico, a fidelidade à “ciência” podia ser jogada fora da maneira mais ostensiva e cínica, sem que aquela autoridade fosse abalada no mais mínimo que seja. O mundo estava maduro para abdicar da razão científica e submeter-se à racionalidade da Rainha de Copas.

O processo revolucionário, por toda parte, avança marchando sobre os seus próprios escombros.

Richmond, 26 de novembro de 2013.